

Protocolo de Cooperação Técnica Bilateral

entre a

**Direcção dos Serviços de Correios da Região Administrativa
Especial de Macau da República Popular da China**

e a

**Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) da
República Portuguesa**

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'L' or 'C' shape, and the second is a more complex, cursive signature.

Protocolo de Cooperação Técnica Bilateral

entre a

**Direcção dos Serviços de Correios da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China**

e a

Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) da República Portuguesa

A Direcção dos Serviços de Correios (DSC) da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) da República Portuguesa, doravante denominados “Signatários”,

Considerando:

O relacionamento privilegiado entre os Signatários, decorrente de razões históricas e culturais;

O papel fundamental que a existência de comunicações postais eficientes desempenha no desenvolvimento económico e social e no bem-estar das populações;

O interesse dos Signatários na continuação do estreitamento de relações de cooperação em matéria de comunicações postais e o bom relacionamento entre eles existente;

O valor da existência de um protocolo de cooperação como instrumento de prossecução de acções específicas nesta área, criando um enquadramento institucional de natureza duradoura;



O período de tempo decorrido desde a celebração do protocolo existente e a alteração entretanto ocorrida nas atribuições dos Signatários,

Acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito

O presente Protocolo estabelece um mecanismo de cooperação técnica e institucional em matérias relacionadas com as actividades dos Signatários, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do sector das comunicações postais na Região Administrativa Especial de Macau (doravante RAEM) e em Portugal.

Artigo 2.º

Áreas de desenvolvimento

1. No âmbito da implementação do presente Protocolo, deverá ser dada especial atenção aos seguintes objectivos:

- a) Troca de informação sobre posições a adoptar em organizações internacionais do sector e sua concertação, quando julgado apropriado;
- b) Apoio ao desenvolvimento dos Signatários e do enquadramento regulamentar do sector, nomeadamente nas seguintes áreas:
 - b.1) Acompanhamento do quadro legal do sector e respectiva regulação, particularmente na RAEM, Portugal e União Europeia, incluindo a privatização e liberalização do mercado;
 - b.2) Acompanhamento do quadro legal das assinaturas electrónicas e respectiva

regulação, particularmente na RAEM, Portugal e União Europeia;

b.3) Funcionamento e organização do operador postal e do órgão regulador;

b.4) Novos serviços e tecnologias postais, comércio electrónico e cibersegurança;

b.5) Alargamento da actividade dos operadores postais para novas áreas, como a área da logística;

b.6) Análise, funcionamento, desenvolvimento, fiscalização e regulação dos mercados postais;

b.7) Regulação e promoção do investimento, defesa da concorrência e do consumidor;

b.8) Apoio na formação profissional e estágios complementares;

b.9) Permuta de quadros e estagiários;

c) Participação em acções e organização conjunta de iniciativas integradas em actividades visando a promoção do sector.

2. Esta relação poderá ser ampliada a critério dos Signatários, mediante intercâmbio de correspondência.

Artigo 3.º

Tipo de cooperação

A cooperação prevista no presente Protocolo não tem fins lucrativos e será concretizada através do intercâmbio ou cedência de informação, documentação, legislação, relatórios e estudos, da troca de experiências, de missões técnicas, estágios e acções de formação, ou outras a definir, de acordo com o interesse dos Signatários, nos termos do artigo seguinte.



Artigo 4.º

Desenvolvimento de acções específicas

Sem prejuízo de outras iniciativas de carácter geral que se reconheçam necessárias por ambos os Signatários e do disposto nos artigos 5.º e 6.º, as acções específicas a desenvolver, ao abrigo deste Protocolo, deverão ser definidas pela Comissão de Coordenação referida no artigo 8.º.

Artigo 5.º

Publicações

Os Signatários enviarão exemplares das publicações, periódicas e não periódicas, que venham a editar nas áreas de cooperação abrangidas pelo presente Protocolo, e que não estejam disponíveis nas respectivas páginas electrónicas.

Artigo 6.º

Acções de formação

1. Cada Signatário enviará ao outro, anualmente, os programas das acções de formação que organize e respectiva calendarização.
2. Os Signatários poderão requerer a participação de trabalhadores nas acções de formação, mediante comunicação escrita com a antecedência mínima de 1 mês reportada ao seu início, sujeita a aprovação.
3. Os custos da deslocação e estadia dos trabalhadores serão suportados pelo Signatário onde exercem funções, fornecendo o Signatário organizador, gratuitamente, a acção de formação e o material de apoio didáctico e pedagógico.



Artigo 7.º

Requisitos de consultoria e formação

Os Signatários envolverão, nas acções de consultoria e formação a desenvolver, os recursos humanos devidamente qualificados e orientados para transferir o máximo de conhecimento e de experiência aos trabalhadores do Signatário interessado, que por sua vez designará os recursos humanos com as qualificações necessárias para acompanhar e assimilar tal transferência de conhecimentos.

Artigo 8.º

Coordenação geral

1. A gestão e coordenação gerais do presente Acordo de Cooperação estarão a cargo de uma Comissão de Coordenação, envolvendo delegações dos dois Signatários chefiadas ao mais alto nível, que reunirá, em princípio, anualmente e de modo alternado, na RAEM e em Portugal, em local e data a acordar entre os Signatários.
2. Esta periodicidade poderá ser alterada por acordo entre os Signatários, por indisponibilidade dos mesmos ou em situações específicas que requeiram a necessidade de realização de reuniões extraordinárias.
3. Na medida do possível, os Signatários privilegiarão o prosseguimento dos contactos e o desenvolvimento dos trabalhos em curso por meios electrónicos.

Artigo 9.º

Divulgação de informação

Todas as informações conhecidas ao abrigo do presente Protocolo, com excepção das

publicações referidas no artigo 5.º e das informações do conhecimento público, serão consideradas absolutamente confidenciais e não poderão ser divulgadas a terceiros sem o acordo prévio, por escrito, do outro Signatário.

Artigo 10.º

Encargos

1. A execução do presente Protocolo não implica qualquer compromisso de transferência de fundos entre os Signatários, ou de qualquer outro encargo financeiro, dependendo exclusivamente da disponibilidade orçamental de cada um deles.
2. Os encargos decorrentes das acções de cooperação realizadas no âmbito do presente Protocolo são repartidos nos termos definidos neste Protocolo ou, quando não previstos, por acordo prévio entre os Signatários, a estabelecer caso a caso.

Artigo 11.º

Solução de Litígios

Qualquer litígio relativo à interpretação ou à aplicação do presente Protocolo será dirimido através de negociação entre os Signatários.

Artigo 12.º

Produção de Efeitos

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, e é válido pelo prazo de três anos, sendo automática e sucessivamente renovado por iguais períodos, salvo vontade contrária expressa por escrito por qualquer dos Signatários.



2. A decisão de não renovação do presente Protocolo deverá ser transmitida ao outro Signatário com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, face ao termo do prazo de validade ou de renovação, de forma expressa por escrito.

3. O presente Protocolo cessa os seus efeitos quando um dos Signatários manifeste essa vontade, notificando o outro por escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

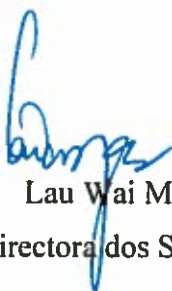
Artigo 13.º

Alterações.

O presente Protocolo poderá ser alterado em qualquer momento por comum acordo dos Signatários, expresso por escrito.

Feito e assinado em 20 de Agosto de 2015, em 2 exemplares originais, nas línguas chinesa e portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Assinado por:



Lau Wai Meng
Directora dos Serviços

Assinado por:



Maria de Fátima Henriques da Silva Barros
Bertoldi
Presidente do Conselho de Administração

Pela:

Direcção dos Serviços de Correios (DSC) da
Região Administrativa Especial de Macau da
República Popular da China

Pela:

Autoridade Nacional de Comunicações
(ANACOM) da República Portuguesa

中華人民共和國澳門特別行政區政府郵政局與
葡萄牙共和國國家通信管理局
雙邊技術合作議定書

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'P' followed by a horizontal line. The second signature is a more complex, cursive mark.

**中華人民共和國澳門特別行政區政府郵政局與
葡萄牙共和國國家通信管理局
雙邊技術合作議定書**

中華人民共和國澳門特別行政區政府郵政局與葡萄牙共和國國家通信管理局，以下簡稱“簽約雙方”，基於：

簽約雙方因歷史與文化緣故而建立的特殊友好關係；

高效的郵政通訊對社會經濟發展與民生扮演重要角色；

簽約雙方有意繼續拓展雙方在郵政通訊領域的合作及目前的友好關係；

需要一份合作議定書作為進行該領域特定項目的文書，以建立一個長久性機關架構；

簽約雙方現有議定書時日已久，且雙方的職能均有變更；

同意根據以下條款簽署本議定書：

第一條

範圍

透過本議定書，建立雙方相關業務之機構間與技術合作機制，旨在為澳門特別行政區(以下簡稱“澳門特區”)與葡萄牙兩地的郵政通訊事業作出貢獻。

第二條 發展領域

1. 本議定書之執行範圍，應著重以下目標：
 - a) 就在行業之國際性組織中將採取的立場交換資訊，並在認為適當時，雙方協同立場；
 - b) 協助簽約雙方的發展及行業的規範性架構，尤其是以下領域：
 - b.1) 跟進行業的法律架構及相關規範，尤其是在澳門特區、葡萄牙與歐盟地區，包括企業私有化及市場自由化；
 - b.2) 跟進電子簽名的法律架構及相關規範，尤其是在澳門特區、葡萄牙與歐盟地區；
 - b.3) 郵政經營者及監督機構的運作與組織；
 - b.4) 郵政新服務和技術、電子商務及網絡安全；
 - b.5) 擴展郵政經營者的業務至新的領域，例如物流業；
 - b.6) 郵政市場之分析、運作、發展、監督和規範；
 - b.7) 投資之規範和推廣，維護競爭和保護消費者；
 - b.8) 在培訓和補充實習方面相互支援；
 - b.9) 員工和實習生交換；
 - c) 參與旨在促進行業發展的聯合行動或組織。
2. 簽約雙方可通過信函溝通進一步拓展此合作關係。

第三條

合作方式

本議定書規定的合作不以盈利為目的，將通過交流或借讓資料、文件、法規、報告與研究報告，以及交換經驗、派遣技術代表團、提供實習培訓或其他方式來實現，並根據簽約雙方意願，按以下條款執行。

第四條

開展之特定工作

在不妨礙簽約雙方認為有必要進行的其他一般性工作與第五條及第六條已規定的工作，本議定書所涵蓋的特定工作項目，應交由第八條所述的協調委員會擬定。

第五條

出版物

簽約雙方將相互寄送內容與本議定書涵蓋合作領域有關，但在各自網頁無提供有關資訊的出版物、期刊和非定期刊物。

第六條

培訓

1. 簽約雙方每年相互寄送將要組織的培訓課程計劃及日期表。
2. 簽約雙方可以請求讓其員工參加另一方的培訓課程，但須在課程開始之前至少一個月前以書面通知，並經另一方批准。

3. 參加培訓課程員工的旅費與住宿費由其所屬簽約方負擔，主辦培訓課程的簽約方則負責免費提供培訓課程和教學材料。

第七條

諮詢和培訓要求

簽約雙方在諮詢和培訓的過程中，聘用適當師資向接受培訓一方的員工悉心傳授知識與經驗，而接受培訓的一方也指派合格員工盡力學習相關知識轉移。

第八條

整體協調

1. 本合作議定書的整體管理和協調將交由一個協調委員會負責，包括組織雙方最高層代表團互訪，原則上為年度會議，輪流在澳門特區與葡萄牙舉行，地點與日期由雙方商定。
2. 該會議舉行的周期性，可因簽約雙方的不便赴會而商定修改，或因其他特殊狀況而另外召開特別會議。
3. 簽約雙方將盡量利用電子方式聯繫和跟進進行之工作。

第九條

資料發布

本議定書包含之所有資料，除了第五條所述的郵寄出版物和已為公眾知悉的資料之外，都為絕對保密，且在未獲簽約另一方事先書面同意下，不得向第三方透露。



第十條 負擔

1. 執行本議定書並不牽涉簽約雙方之間有任何資金轉移或任何其他財務負擔的承諾，僅取決於各自預算的可使用性。
2. 根據本議定書進行的合作項目所產生的各種費用負擔，將由簽約雙方按本議定書條款分攤；對於未規定之項目，則由簽約雙方按每一個案預先協商釐定。

第十一條 解決爭議

對於本議定書的解釋或實施上可能出現的任何爭議，簽約雙方將透過協商解決。

第十二條 產生效力


1. 本議定書自簽署之日起生效，有效期為三年，可自動且連續以相同期限續期，除非簽約任何一方以書面形式通知另一方不續期之決定。
2. 本議定書之不續期決定，應於協議有效期滿或續期滿日期之前至少六十（60）天以書面形式通知另一方。
3. 本議定書可終止效力，當簽約任何一方於至少六十（60）天前以書面形式通知另一方有關決定。

第十三條 修改

本議定書可經簽約雙方書面同意而於任何時間進行修改。

本議定書於 2015 年 8 月 20 日簽署，一式二份，每份均以中文及葡文擬定，兩種文本具有同等效力。

中華人民共和國
澳門特別行政區政府郵政局


劉惠明
局長

葡萄牙共和國
國家通信管理局


Maria de Fátima Henriques da Silva
Barros Bertoldi
行政委員會主席